

A INGERÊNCIA DE PRÁTICAS HIGIENISTAS, DA LEGISLAÇÃO E DO PODER LOCAL NA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CASO DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, SÃO PAULO¹

THE INTERFERENCE OF HYGIENIST PRACTICES, LEGISLATION AND LOCAL POWER IN THE TRANSFORMATION OF THE URBAN LANDSCAPE IN THE FIRST REPUBLIC: THE CASE OF SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, SÃO PAULO

NATALIA CAPPELLARI DE REZENDE, MARIA ANGELA PEREIRA DE CASTRO E SILVA BORTOLUCCI

RESUMO

Este artigo investiga e problematiza a ingerência de práticas higienistas, das legislações e do poder local na redefinição dos espaços da cidade de São José do Rio Pardo. Evidencia a preocupação com a situação sanitária, em virtude da epidemia de febre amarela, fazendo com que a medicina higienista e a engenharia sanitária condicionassem a transformação da paisagem. Revela ainda as ações de autoridades guiadas pela política republicana e pelos interesses de uma parcela dessa sociedade, nas duas primeiras décadas do século XX. Por meio de estudo de caso, contribui para a historiografia da arquitetura e da cidade paulista ao ampliar o conhecimento de questões basilares na construção do espaço urbano vigente na Primeira República.

PALAVRAS-CHAVE: Códigos de Posturas. Higiene pública. Política republicana. São José do Rio Pardo. Urbanismo sanitário.

ABSTRACT

It investigates and discusses the interference of hygienist practices, legislation and local power in redefining the spaces of the city of São José do Rio Pardo. The concern with the sanitary situation is evident, due to the yellow fever epidemic, making hygienist medicine and sanitary engineering conditioning the transformation of the landscape. It also reveals the actions of authorities guided by republican politics, and by the interests of a portion of that society, in the first two decades of the twentieth century. Through a case study, it contributes to the historiography of São Paulo's architecture and city by expanding the knowledge of basic issues in the construction of the urban space in force in the First Republic.

KEYWORDS: Posture Codes. Public hygiene. Republican politics. São José do Rio Pardo. Sanitary urbanism.

INTRODUÇÃO

NO BRASIL DO final do século XIX, na conjuntura da Proclamação da República, o positivismo calcado no pensamento científico exerceu considerável influência na criação dos serviços sanitários estaduais e na estruturação de uma proposta para atuação e formulação de diretrizes, que incluíam reformas no ambiente urbano (SEVCENKO, 1998). Neste contexto, segundo Salgado (2004), tratados elaborados na Europa no século XIX, que abordavam os princípios da teoria miasmática e microbiana e apontavam, conforme Béguin (1991), estreita e perniciosa relação entre certas doenças e a sujeira, marcaram as ações médico-sanitárias e o desenvolvimento do aparato jurídico, relacionados com a proteção da saúde no Brasil. Mas, havia também a associação da “higiene física” com a “higiene social”, após, sobretudo, ser publicado o relatório elaborado por Chadwick (1842) em que demonstrou, estatisticamente, “[...] a pobreza, a falta de higiene e a doença, entre o desconforto e as formas de ilegalidade e de imoralidade” de moradores que ocupavam ambientes físicos considerados insalubres e viciosos (BÉGUIN, 1991, p. 40). O que, segundo Chadwick (1842), resultava em um “custo econômico e social” mais dispendioso para conter epidemias do que arcar com a implantação de infraestrutura para preveni-las. Para isso, era necessário a aplicação da técnica e da engenharia (BÉGUIN, 1991), da vigilância, do isolamento e da vacinação (RAGO, 1985). Questões que compuseram a base de uma política sanitária que agiu com o objetivo de promover o “descongestionamento dos corpos”, utilizando para tal feito a “produção do espaço urbano” (RAGO, 1985, p. 165), conforme conferidas por Béguin (1991). Logo, a associação estabelecida entre a doença e o meio físico e social pelas teorias e concepções higienistas tornou-se chave na fundamentação de intervenções no espaço citadino. Suas implicações resultaram em um processo de redefinição e reconfiguração do público e do privado, a partir da reorientação do traçado das ruas, organização de fluxos – água, esgoto, pessoas e veículos –, normatização de construções, definição de funções de edifícios e realocação daqueles considerados propícios à propagação de epidemias.

Nessa perspectiva, o Estado brasileiro, recém proclamada a República, através da legislação, de uma política urbana e com apoio das elites, promoveu a implementação de transformações espaciais, sociais e cotidianas (LUZ, 1982). Figura-chave nesse processo foi o engenheiro Saturnino de Brito, que, integrando a Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo e adepto da Teoria dos Meios, criticou a ineficiência do sistema de saneamento e a consequente feição mórbida das cidades do interior paulista (ANDRADE, 1992). Embasado nessa teoria, Saturnino propôs Planos Gerais de Saneamento e, como no caso de Campinas que havia sofrido uma sequência de epidemias a partir de 1889² (RIBEIRO, 1993), promoveu a realização de uma reestruturação urbana que alterou substancialmente a sua paisagem³. Entre as medidas de controle sanitário se destacaram aquelas relacionadas às redes de água e esgoto, à

retificação de córregos e à arborização de ruas e avenidas (ANDRADE, 1992). Alterações significativas que levaram Lapa (1996) a afirmar que o projeto de Saturnino extrapolava o âmbito local, porque se inseria na política empreendida pelo governo republicano em escala nacional. Com isso, ao vincular ciência (saneamento e higiene) e arte (paisagem e beleza), Saturnino teve o objetivo de transformar o antigo cenário da cidade, tornando-o compatível e coerente com as aspirações de pelo menos uma parcela da sociedade.

De modo a seguir o modelo de intervenção de Campinas, São José do Rio Pardo, cidade fundada em 1865 no Nordeste do estado de São Paulo (Figura 1), sofreu significativas reestruturações urbanas no início do século XX que alteraram a incipiente formação cidadina. Em 1866, João Batista Blandim declarou haver “casas esparsas, cobertas de sapé”, construídas precariamente, assinalando um principiar urbano bastante limitado, formado por apenas cinco quadras⁴ (DEL GUERRA, 2010, p. 9). Já em 1887, data da inauguração do Ramal Férreo do Rio Pardo⁵, essa mesma cidade apresentava quatro largos: da Matriz (atual Praça XV de Novembro), do Rosário (Praça Barão do Rio Branco), do Mercado (Praça Prudente de Moraes), e da Estação (Praça Tiradentes). As ruas eram doze: Direita (Rua José Andreoli), das Flores (Rua Silva Jardim), da Floresta (Rua Campos Salles), da Conceição (Rua Francisco Glicério), do Carmo (Rua Francisquinho Dias), da Esperança (Rua Treze de Maio), da Boa Vista (Rua Marechal Deodoro), do Comércio (Rua Benjamin Constant), do Ipiranga (Rua Ananias Barbosa), da Imperatriz (Rua Marechal Floriano), da Cadeia (Rua João Gabriel Ribeiro) e a da Estação (Rua Ruy Barbosa) (Figura 2) (ALMANAQUE..., 1887 *apud* TREVISAN, 1987).

FIGURA 1 – Mapa do Estado de São Paulo com a localização do município de São José do Rio Pardo. Em destaque, o núcleo urbano rio-pardense, em 1887.

DESENHO: Rezende (2020) com base em IBGE, dados históricos e cartografia disponibilizada pela Secretaria de Obras de São José do Rio Pardo.

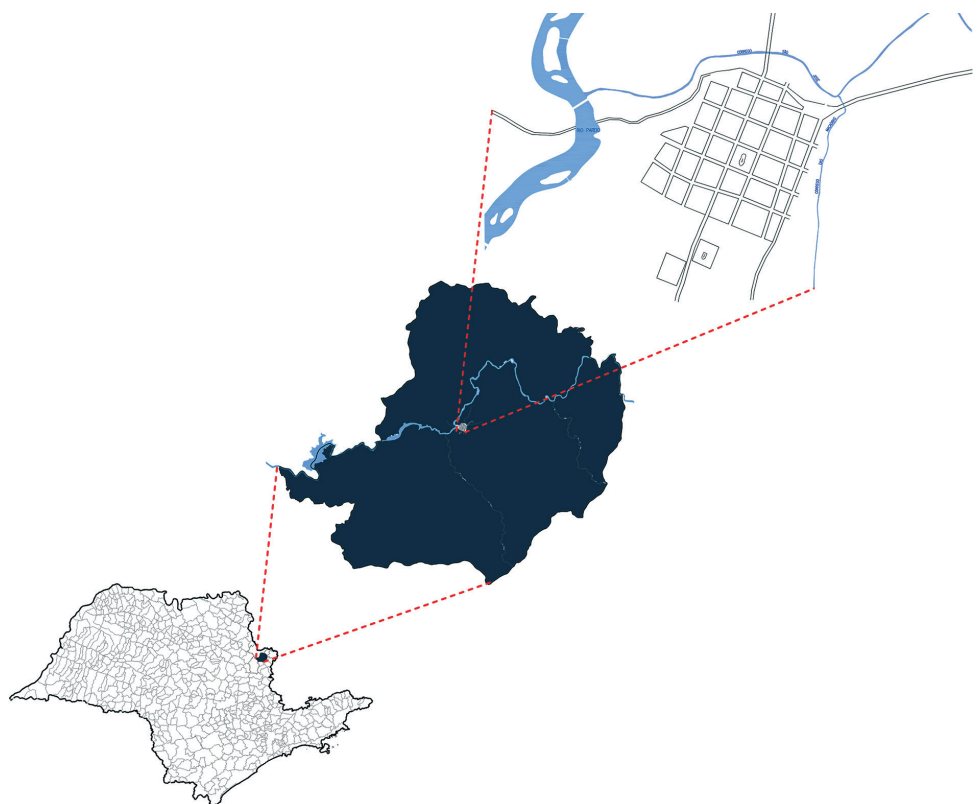
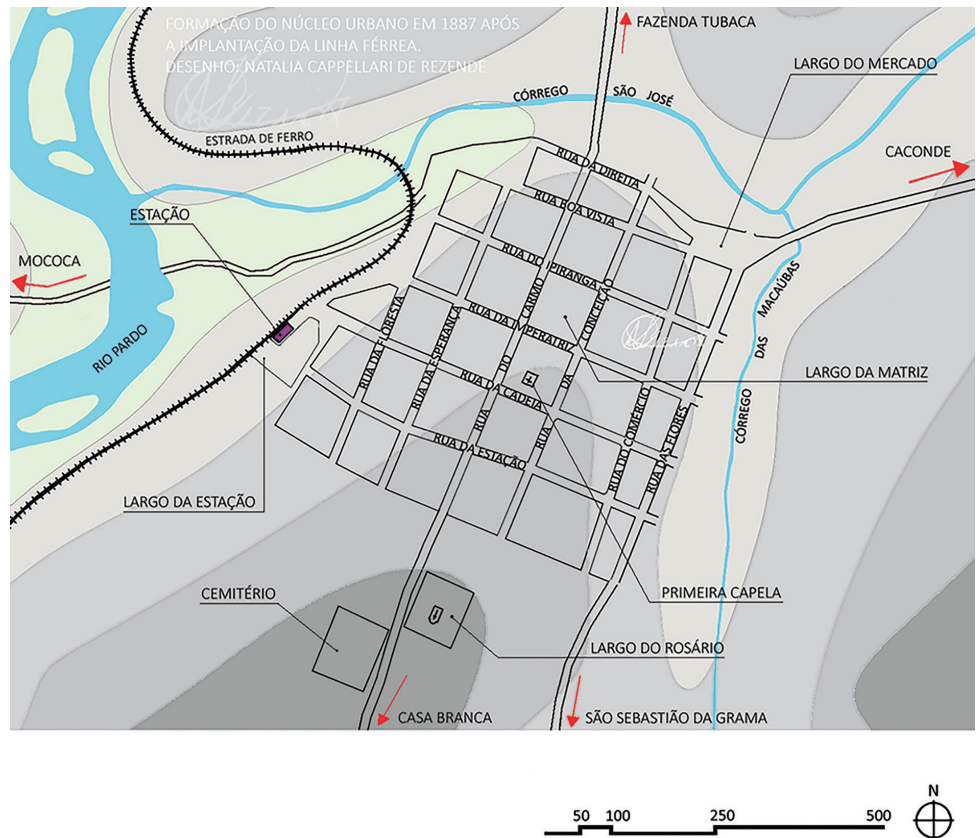


FIGURA 2 - Formação do núcleo urbano de São José do Rio Pardo em 1887.

DESENHO: Rezende (2016).



No período de 1886 a 1890, a população mais que dobrou, saltando de 4.255 (BASSANEZI, 1999) para 9.207 habitantes (SYNOPSIS..., 1898, p. 128), concorrendo para que, ao longo dos últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX, fossem implementadas obras de infraestrutura, serviços e construções que proporcionassem o funcionamento satisfatório da cidade. Mas não a tempo de evitar, ou mesmo amenizar, a epidemia de febre amarela que alcançou a cidade entre os anos de 1902 e 1903⁶. Conforme nota publicada no jornal *O Rio Pardo* do dia 30 de agosto do último ano, essa epidemia durou aproximadamente seis meses “[...] fazendo um número de vítimas incalculável, dentro o qual 517 tratadas em hospital, 48 em domicilio particular e matando 118 dellas, sendo 92 em hospital e 26 fóra dele” (A EPIDEMIA, 1903, p. 1). E a nota ainda ressalta que não se podia calcular o número de doentes devido àqueles tratados ocultamente em casa, o que possivelmente ocorreu em função do medo de contato com outros enfermos no hospital, ou por desdenho da situação, acreditando que era apenas uma febre passageira. Essa conjuntura suscitou ações incisivas do poder público, com destaque para aqueles relacionados à transformação do ambiente urbano, como a construção de redes de distribuição de água e de coleta de esgoto, retificação de ruas e regulamentações legais, em especial o novo Código de Posturas publicado em 1903.

Nesse sentido, é necessário enfatizar, uma vez que é de suma importância para a compreensão das transformações em curso nesse período, que

o espaço urbano ganhou evidência como objeto de investimento econômico e de ação política, sobretudo a partir dos primeiros anos do século XX. Como observou Martins (1994, p. 185), esse espaço apareceu como “[...] solução dupla: instrumento de aplicação do capital de uma oligarquia enriquecida com o café e local de exercício da civilidade que tal grupo pretendia”. Ainda nesse sentido, correlacionam-se os apontamentos de Lefebvre (2008), que atribui ao espaço urbano o exercício de práticas sociais com disputa e manipulação de acordo com interesses, tornando-o instrumento de poder capaz de articular transformações no arranjo do território e na organização social.

O espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial. É um modo nas mãos de ‘alguém’, individual ou coletivo. Isto é de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos (LEFEBVRE, 2008, p. 44).

É com base nessa linha de compreensão e análise que se propõe evidenciar e problematizar a ingerência de práticas higienistas, da legislação e do poder político e econômico local, através, sobretudo, da atuação de chefes políticos e das elites na transformação da paisagem de um caso específico: a cidade de São José do Rio Pardo. Para isso, vale-se do cruzamento e da análise de fontes diversas que incluem documentação primária, composta por código de posturas, relatório, ata da câmara, recenseamento, planta cadastral, carta, notícia de jornal e material iconográfico. Logo, busca-se ampliar, contribuir e difundir o conhecimento acerca de questões elementares e pertinentes à construção do espaço urbano na Primeira República.

SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, O CÓDIGO DE POSTURAS DE 1903 E A INSERÇÃO DO MAQUINÁRIO URBANO DE SANEAMENTO

No início dos anos 1900, São José do Rio Pardo, compelida por uma urbanidade em transformação, esteve sujeita a uma conjugação de esforços por parte do poder público, na intenção de assegurar uma cidade limpa, sadia e agradável. Esforços que não se restringiram apenas à promulgação legal, mas também avançaram, especialmente, na implantação de infraestrutura e construção de equipamentos, possibilitados pelo desenvolvimento da produção e do comércio cafeeiro e pelo início da industrialização⁷. Sob a responsabilidade direta da Câmara Municipal, a implantação de leis reguladoras das atividades urbanas e da ordem pública teve ação efetivada nas práticas sanitaristas e higienistas. Isso porque a cidade estava numa condição muito precária, tornando o assunto uma pauta constante nas discussões da referida câmara. Na direção das medidas preconizadas por Saturnino de Brito, a decisão se assentou na construção de redes de água e coleta de esgoto, como medida necessária e imediata para assegurar a limpeza e a saúde da cidade, conforme ressaltado no relatório elaborado pelo engenheiro civil João Timotheo Pereira da Rosa e apresentado aos vereadores:

Deficiente e imprestável como é o actual abastecimento de São José do Rio Pardo, nenhum outro melhoramento merecerá mais a atenção dos poderes municipais que o de dotarem a sede do município com um serviço completo de águas e seu decorrente: o trabalho de esgottos (ROSA, 1900, p. 1).

Para atingir o fim da construção dessas redes, estabeleceu-se uma coa-
lização de interesses entre o governo municipal e estadual, que favorecia a regu-
lamentação de ações para a melhoria das condições sanitárias. Um perímetro
foi eleito, correspondente à área central, tendo os córregos São José e Macaúba
como limites, conforme é possível observar na planta cadastral elaborada pelo
Departamento de Água e Esgoto da capital e assinada por Teodoro Sampaio⁸
em 1901 (Figura 3). Havia, nesse sentido, um esforço conjunto em aprovar
medidas que constituíssem estratégias sanitárias. A explicação, segundo Madel
Luz (1982), constituía parte de uma aliança estabelecida entre o Estado e a
medicina, a prática e o discurso, para operar por fora e por cima, um processo
de intervenção no espaço e na sociedade, coerente com um objetivo maior que
era a inserção do país no sistema vigente.

A resposta à República e ao capitalismo que se impõem no final do século
XIX será do ponto de vista médico, uma multiplicidade de propostas de

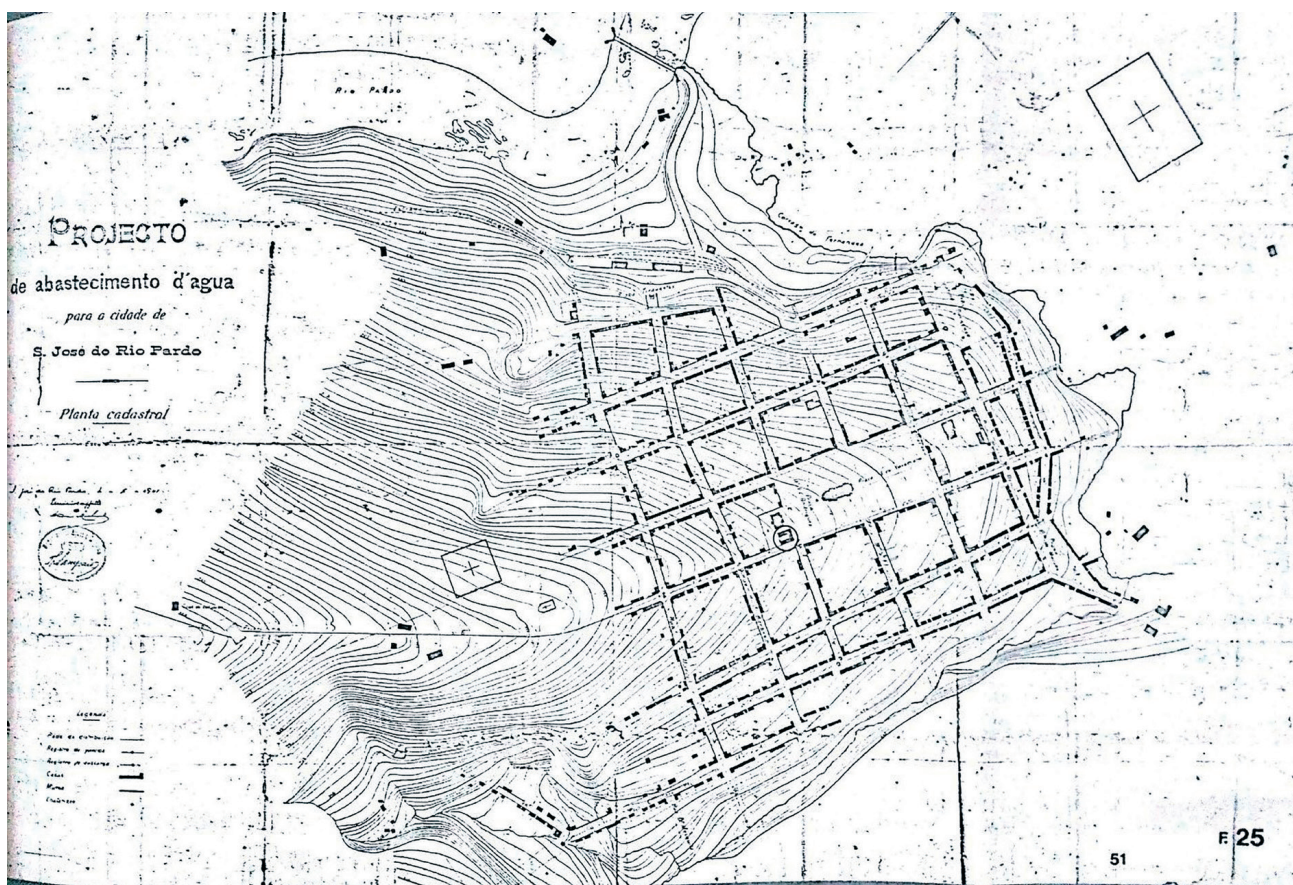


FIGURA 3 - Planta cadastral (1901) elaborada para compor o projeto de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Fonte: Menechino (1986), Departamento de Água e Esgoto da Capital e assinado por Teodoro Sampaio em 1901. Arquivo da Hemeroteca Jornalista Paschoal Artese. Cedido mediante autorização dos detentores do direito autoral.

intervenção sobre o espaço urbano com o propósito de saneá-lo. As novas alianças e estratégias de poder tomam forma de controle médico-sanitário e de esquadramento do espaço urbano (LUZ, 1982, p. 33).

Localmente, a resposta prática foi alcançada em 1903, quando as redes de água e esgoto foram finalizadas. Mas, de acordo com a Comissão Sanitária (1903), era preciso que outras ações fossem tomadas, no sentido de assegurar o ordenamento espacial e moral, como a construção de certos equipamentos em locais afastados do núcleo urbano e ligados aos novos hábitos de higiene. Tornou-se evidente que as dimensões física e moral da ideia de higiene, como apontado por Beguin (1991), tinham condições mais efetivas de acontecer se o espaço urbano e social fosse esquadrihado. Da mesma forma, Foucault (1984, p. 203) observa que a

higiene, como regime de saúde das populações implica, por parte da medicina, um determinado número de intervenções autoritárias e de medidas de controle. E, antes de tudo, sobre o espaço urbano em geral: porque ele é, talvez, o meio mais perigoso para a população. [...] ela exigiu, em todo caso, um discurso médico sobre a morbidade urbana e uma vigilância médica de todo um conjunto de disposições, de construções e de instituições. [...] Além disso, os médicos deverão ensinar aos indivíduos as regras fundamentais de higiene que estes devem respeitar em benefício de sua própria saúde e da saúde dos outros.

Logo, além da organização do meio físico, era necessário que a sociedade compactuasse com a nova ordem. E, para alcançar seus objetivos, o Estado lançou mão da atuação de médicos higienistas e engenheiros sanitaristas, que lideraram comissões e ocuparam cargos de direção (SALGADO, 2004), promovendo, inclusive, alterações no corpo legislativo, com a publicação de novos Códigos de Posturas (LEMOS, 1999).

Foi nesse contexto que o Código de Posturas de São José do Rio Pardo sofreu atualização para incluir conteúdos dedicados à higiene e à estética. Instrumento que tornou ainda mais evidente a estreita ligação entre a legislação e a dinâmica urbana, ao mesmo tempo em que indicava um alinhamento ao conjunto de esforços e estratégias para transformação do espaço e dos hábitos. Evidências disso já podem ser percebidas no primeiro capítulo desse código que, ao tratar das vias da cidade redefinindo seus traçados e larguras – para além do objetivo de regulamentar fluxos –, expõe também a intenção de alterar a aparência urbana, privilegiando a circulação racionalizada e exigindo que as ruas fossem alinhadas. O que foi amplamente enfatizado pelo poder público local e apontado também no relatório de Timotheo Pereira da Rosa, ao se referir ao plano cadastral elaborado:

Por elle se vê quanto irregularmente foi alinhada uma cidade de constituição topográfica tão interessante, salientando-se no referido plano algumas construcções a demolir-se, já porque interceptam quasi de todo uma

rua, como no entremeio da Rua Américo de Campos, já porque em outros quarteirões tem-se continuado a construir um alinhamento só, mas sem deixar espaço a ruas transverssas, como na rua Benjamin Constant, além da Coronel Marçal (ROSA, 1900, p. 17)

Da mesma maneira com que agiu nos espaços públicos, o novo código fez exigências que atingiam diretamente os espaços privados, obrigando os proprietários a fecharem seus terrenos com muros de tijolo ou pedra – proibindo a taipa e o tapume de zinco. E, especificamente em relação às edificações, apontava com riqueza de detalhes as prescrições a serem seguidas de acordo com a higiene, a segurança e o embelezamento, como pautado nos artigos 22 e 23.

Art. 22 – As casas térreas terão, pelo menos, a altura de 4 metros contados do soalho ao frechal e as portas 2,90 metros de altura, 1,10 de largura, distando symetricamente umas das outras 0,60 metros quando menos.

Art. 23 – Todos os prédios terão conveniente canalização de agua de modo a disporem de sufficiente quantidade deste liquido para todos os misteres, bem como canalização de exgotto para as aguas servidas e latrinas, tudo de accordo com o typo adoptado pela Municipalidade (CÓDIGO..., 1903, p. 7).

Além disso, o Código impunha restrições às pessoas quanto ao modo de estar no espaço público, as quais deveriam se vestir decentemente, sob pena de detenção por 24 horas e multa de 20\$000. Ou, ainda nesse mesmo sentido, em seu artigo 101, proibia mendigos de esmolar pelas ruas e lugares públicos, impondo a detenção. Havia, portanto, uma ampla e obstinada intenção de controle dos comportamentos e uso de espaços públicos e privados.

Apesar da constatação dessas medidas que contribuíram para modificar o modo de viver em São José do Rio Pardo, elas não foram suficientes para assegurar todas as transformações com a rapidez desejada, pois foram frequentes as críticas publicadas nos jornais da época:

De facto, a limpeza não representa somente um papel importante, como medida higienica, na vida de um povo, como também é um dos caracteristicos de uma civilização. Uma cidade sem limpeza não tem o brilho das cidades civilizadas. Este é um fato que comumente se observa (HYGIENE PUBLICA, 1907, p. 1).

ASSEPSIA MATERIAL E SOCIAL: A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA

Chalhoub (1996) apontou, criticamente, a associação que se estabeleceu entre a ideia de limpeza e civilização, à qual, conforme Sevckenko (1998), era diretamente vinculada, na prática, a imagem de progresso como desenvolvimento. Desse modo, a cidade se tornava o *locus* da construção e transformação de

espaços públicos e da arquitetura edilícia, seguindo o disciplinamento da localização. Ou seja, edifícios como hospital, cemitério, asilo e matadouro eram aludidos à noção simbólica de insalubridade, morte e feiura, e, por isso, recebiam prescrições especiais que indicavam a sua localização fora dos limites da cidade.

À vista disso, construiu-se em São José do Rio Pardo o hospital Santa Casa de Misericórdia bem ajustado às exigências de higiene e ao disciplinamento local (*Figura 4*). O projeto foi elaborado por Horácio de Almeida Rodrigues e oferecido à câmara por intermédio de Tarquínio Cobra Olyntho⁹, sendo a obra confiada ao artífice italiano Paschoal Artese, que a concluiu em 1913 (DEL GUERRA, 2001). Sua construção ocorreu duas quadras acima do velho cemitério¹⁰, onde a malha urbana ainda não havia chegado.



FIGURA 4 - Santa Casa de Misericórdia, 1913.

Fonte: Arquivo da Hemeroteca Jornalista Paschoal Artese, cedido mediante autorização dos detentores do direito autoral.

Outro equipamento construído nessa época foi o asilo de Mendicidade, com o objetivo, conforme noticiado em jornal local, de amparar o que era indesejável: “indigentes, pobres enfermos e inválidos” (NOTAS..., 1916, p. 2). Sua construção ocorreu em um terreno localizado a leste do núcleo, distante da área central, onde os ventos predominantes sopravam as “doenças”, os “gases” e as “poeiras” no sentido contrário à cidade. O Asilo de Mendicidade (*Figura 5*) foi inaugurado em 1916, contribuindo, de acordo com o mesmo jornal, para dirimir a “[...] pobreza desvalida, dos infelizes que diariamente partilhavam nossas ruas esmolando” (NOTAS..., 1916, p. 2).



FIGURA 5 - Asilo de Mendicidade na década de 1920.

Fonte: Arquivo da Hemeroteca Jornalista Paschoal Artese, cedido mediante autorização dos detentores do direito autoral.

Em meio à instalação de novas edificações e serviços destinados à salubridade, outras importantes iniciativas foram empreendidas, certamente com o intuito de tornar o espaço citadino mais agradável aos anseios de pelo menos uma parte da sociedade rio-pardense. Isso posto, o largo da Matriz, local representativo de um conjunto de elementos simbólicos imateriais e materiais, foi redesenhado e ajardinado. Assim, o poder público assinalava o seu campo de ação ao tornar um espaço, até então caracterizado pelo sagrado, em local recreativo, onde se poderia desfrutar do flunar. Claramente, o jardim do largo da Matriz representava a transição de significado e de poder da Primeira República. Por conseguinte, o antigo largo, agora denominado de Praça XV de Novembro, volta-se para o lazer restrito às classes privilegiadas, um local para ver e ser visto, onde as moças desfilavam suas roupas elegantes, segregadas dos incômodos das camadas menos abastadas da população. Afinal de contas, os costumes e o uso público desse espaço foram demarcados pelo Código de Posturas de 1903:

Art. 91 – Ninguém poderá, nas ruas, praças e logares públicos, proferir palavras injuriosas ou obscenas, nem praticar actos offensivos á moral e aos bons costumes. Multa de 20\$000 e detenção por 24 horas.

Art. 93 – Ninguém poderá estar nas ruas, praças e outros logares públicos senão decentemente vestido. Penas do art. 91 (CÓDIGO..., 1903, p. 26).

As dimensões material e profana se sobressaíram também na produção de outros elementos simbólicos, a exemplo do coreto, que ocupou o lugar do cruceiro na Praça XV de Novembro. Defesa de mudança publicada no jornal, conforme é possível acompanhar no trecho a seguir:

Entendendo contribuir para o progresso desta cidade, levantamos a idéa da mudança do cruseiro para outro ponto. [...] Sem offender o esperito religioso de ninguém, pois que somos os primeiros a elevar sua grandesa, achamos pouco util ostentar-se no centro de uma praça elegante um grosso cruseiro, como linha divisória de um passeio publico. [...] Promova-se festivamente a mudança do cruseiro para o largo do Rosario e conclua-se o aformoseamento do jardim [Praça XV de Novembro], tirando se lhe a feição triste de um cemiterio abandonado, que elle conserva (UMA IDEIA, 1904, p. 1).

Assim, no mês de novembro de 1905, o jornal *O Rio Pardo* registrou a reinauguração do jardim da Praça XV de Novembro, composto de um “bonito coreto *art nouveau*” (FESTA, 1905, p. 2), com rico trabalho em serralheria, como pode ser observado na *Figura 6*.

Evidentemente, o paisagismo foi incorporado ao espaço urbano como medida estética, exprimindo a estreita ligação existente com as condições higiênicas e salubres. À vista disso, outro jardim foi construído, denominado de Jardim Artístico, no local do antigo cemitério (DEL GUERRA, 2010). O mentor desse jardim foi o italiano Paschoal Artese (REZENDE; BORTOLUCCI, 2020), que apesar de não ter apoio político, publicou no jornal *O Rio Pardo*, do dia 1º de fevereiro de 1913, uma nota sobre a contratação do notório profissional João Dierberger, talvez buscando, com isso, sensibilizar e alcançar maior adesão da população, como segue:

[...] vai ser contractado para construcção do jardim, o snr. João Dierberger, proprietário da Loja Floricultura da Capital. O encarregado da construcção do tão notável melhoramento appella para o espirito adiantado do povo desta terra afim de que a subscripção popular alcance o maior êxito possível, para o que, dirigiu juntamente com a lista de subscripção [...] Em nome da memória dos que ali repousam no ultimo somno, em nome da civilização e do progresso, espera o abaixo assignado que V. S. concorra e faça concorrer os seus amigos e parentes qualquer quantia para fazer face as despesas necessárias (O VELHO..., 1913, p. 2).

Ambos os jardins, como é possível observar na *Figura 7*, tornaram-se importantes locais de convívio dentro da malha urbana, ensejando novos comportamentos, ainda que precedidos de um conjunto de fatores que incluíam a repressão policial e a intimação social. De fato, como destacado por Ghirardello (2010, p. 206), a assepsia da paisagem se transferia também “[...] para aqueles que a usufruíam de acordo com os novos costumes, comportamentos e hábitos ‘civilizados’”. Assim, a Praça XV de Novembro e o Jardim Artístico marcaram o processo de laicização e se estabeleceram como espaços plenos de domínio social, onde a natureza e as diversas atividades realizadas estavam sob o controle de poucos e para poucos.

FIGURA 6 - Coreto inaugurado na Praça XV de Novembro, em novembro de 1905.

Fonte: Arquivo da Hemeroteca Jornalista Paschoal Artese, cedido mediante autorização dos detentores do direito autoral.



A experiência de urbanização e a produção arquitetônica, incitadas pela ordem republicana, cercaram-se também da necessidade de desenvolvimento cultural e educacional. O texto publicado no jornal *O Rio Pardo* exemplifica bem o contexto local nesse sentido:

De fôrma que, sem a instrucção, é simplesmente impossível o homem aperfeiçoar-se em uma boa educação. Ella é por isso mesmo a base de todo o progresso da civilização. O desaparecimento da instrucção é a negação das sociedades civilizadas porque dela, exclusivamente dela é que dependem todos os conhecimentos humanos, na sua evolução progressiva, tanto na ordem physica, como na ordem intelectual e moral (INSTRUIR..., 1906, p. 1).

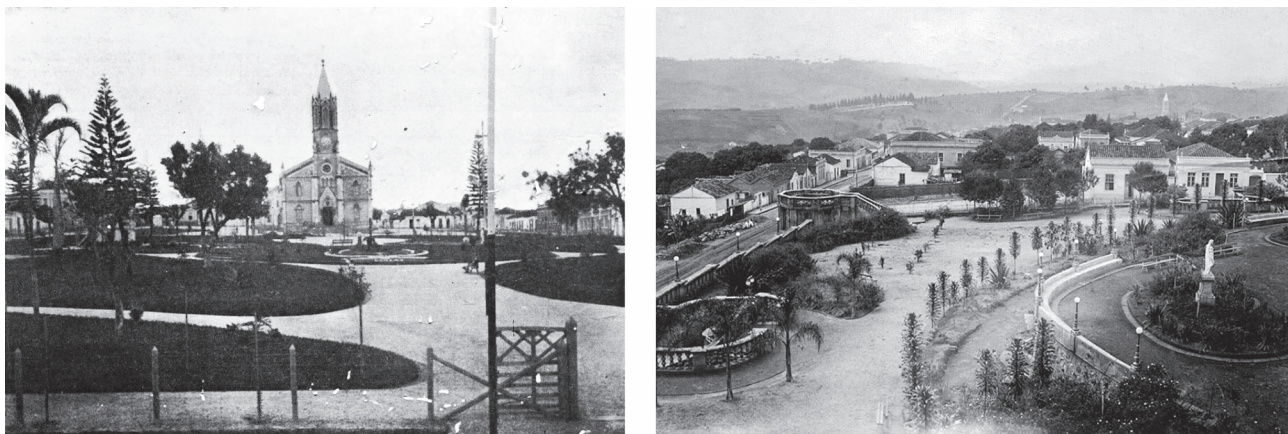


FIGURA 7 - Praça XV de Novembro ajardinada na década de 1910 e Jardim Artístico na década de 1930.

Fonte: Arquivo da Hemeroteca Jornalista Paschoal Artese, cedido mediante autorização dos detentores do direito autoral.

Conforme visto em Wolff (2010), o governo republicano se posicionou ideologicamente com o objetivo de criar escolas visando a disciplina, o controle e, sobretudo, o culto ao trabalho. No âmbito do governo municipal de São José do Rio Pardo, verificou-se que houve o rebatimento desse ideário nos primeiros anos do século XX, quando Vicente Dias Júnior, membro do Diretório Republicano, requisitou um posicionamento do Estado, por intermédio do político Antonio Candido Rodrigues, para a construção de um grupo escolar na cidade (DEL GUERRA, 2001).

Falla-se novamente, e agora com alguma insistência, na criação do Grupo escolar desta cidade. Nesse sentido alguma coisa se tem feito, constando-nos que vae dirigida uma representação ao patriótico governo do Estado. Não é demais se insistir para obtenção desse melhoramento bastante necessário [...] (GRUPO..., 1905, p. 1).

Regressaram de São Paulo os senhores dr. Antonio Candido Rodrigues e tenente coronel Vicente Dias Júnior. O exmo. dr. Antonio Candido está muito interessado em attender o pedido que lhe fez o partido republicano desta cidade, por intermedio do directorio, da criação do Grupo escolar. Parece que agora será uma realidade a criação do Grupo, muito em breve, devido a intervenção prestigiosa do illustre dr. Antonio Candido e do directorio republicano, perante o governo do Estado (REGRESSO, 1905, p. 2).

Após a sinalização de apoio do governo estadual, através do senador Antonio Candido Rodrigues, o município requereu o projeto do grupo escolar, que foi enviado junto com o orçamento da obra, ficando ambos os governos autorizados a contratar a sua construção. O local já havia sido escolhido, um terreno ao lado do Largo do Rosário, que ficou conhecido como Largo do Grupo (atual Praça Barão do Rio Branco) (DEL GUERRA, 2001). A imprensa se posicionou, enaltecendo o prédio e o lugar: “[...] um prédio importante que vem embellezar a cidade, já porque chamará a atenção da população para aquelle

aprazível logar que em breve se desenvolverá com as novas edificações que naturalmente se darão desde que alli seja estabelecido o Grupo" (GRUPO..., 1904, p. 1).

Essa citação mostra que havia estímulos para o desenvolvimento dessa região, que estava se valorizando com a construção desse prédio. Assim sendo, o edifício do Grupo Escolar Candido Rodrigues, representante do ideal republicano contra o analfabetismo, foi inaugurado em abril de 1908 (*Figura 8*). Eclético, seguindo o modelo da cidade de Caçapava, o edifício foi concebido conforme as prescrições do Código Sanitário do estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1894), especialmente para atender os preceitos higiênicos de ventilação e iluminação. Apesar da ausência de documentos que comprovem a autoria do projeto, é quase certo que ele tenha sido obra do arquiteto belga José van Humbeeck, que prestou serviços à Superintendência – Diretoria de Obras Públicas (DOP); Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (SACOP) –, do Estado de São Paulo.



FIGURA 8 - Grupo Escolar Candido Rodrigues (1908) no início do século XX.

Fonte: Arquivo do Centro da Memória Rio-Pardense Rodolpho José Del Guerra. Fotografia de Innocencio Vilhegas, cedido mediante autorização dos detentores do direito autoral.

Ainda que a próxima citação seja visivelmente ufanista, clarifica o momento pelo qual a cidade estava passando. Reformas, construções novas, abaulamentos de ruas e movimentação de pessoas e mercadorias eram considerados sinônimos de progresso e, em última instância, de saúde.

Uma cousa que de um anno a esta parte tem sido digno de nota, entre nós, é o movimento de progresso que aqui se observa. Podemos dizer que São José do Rio Pardo, bela e elegante cidade, começa a entrar novamente em uma phase de prosperidade. [...]. Para se calcular da vida activa desta cidade, é bastante ver o movimento diario da estação. [...]. Ninguém contesta que a epidemia causou-lhe um grande mal, paralygando o seu progresso por muito tempo. Mas, como dizíamos, ella começa a entrar novamente nessa phase de progresso. Este afan de construir e

reconstruir prédios, reparos e abaulamentos de ruas, são factos que denotam bem estar e animação e que ao mesmo tempo caracterizam a energia, a iniciativa dos seus habitantes (PROGRESSO, 1907, p. 1).

Todas essas obras de infraestrutura, intervenções para o aformoseamento, novos edifícios e equipamentos públicos foram executados seguindo a lógica da medicina higienista e da engenharia sanitaria. Esforço de transformação arregimentado por um pequeno grupo que constituiu um círculo autônomo de serviços, apoiados em investimentos realizados pelo Estado, com o objetivo de direcionar as ações de organização urbana.

Certamente, o êxito foi mais facilmente alcançado, porque este pequeno grupo se inseriu no panorama de relações fortalecidas por laços econômicos, políticos e de parentesco, e guiados por interesses comuns. À frente estava Antonio Candido Rodrigues, que casou sua filha Alice com o rio-pardense Vicente Dias Júnior. Antônio era integrante do diretório do Partido Republicano (PRP), tendo atuado como deputado, senador, secretário e ministro dos governos de São Paulo e da União, e vice-presidente do estado, entre os anos de 1884 e 1926 (CASSASSOLA, 2009). Enquanto Vicente, empresário e cafeicultor rio-pardense, era filho de Vicente Alves de Araujo Dias, o responsável por iniciar a hegemonia política do grupo em São José do Rio Pardo, desde a instalação da vila, em 1886, quando foi empossado vereador (SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, 1866). O estabelecimento dessa rede de poder e de influência facultou a prevalência de atuação dos Candido Rodrigues e dos Dias na política, constituindo-se numa oligarquia local, expandida tanto para o âmbito estadual como o federal (CASSASSOLA, 2009). Segundo Cassassola (2009, p. 128), que se deteve em estudar a organização da família Dias consoante as transformações modernizadoras que ocorreram no país entre os anos de 1870 e 1930, apontou que Vicente “fornecia apoio político e financeiro a seu sogro, Candido Rodrigues. Este, por sua vez, representava os interesses do grupo e de seus aliados em nível estadual e federal”. Conforme constatado por Cassassola (2009), cartas foram trocadas entre Vicente Dias Júnior, Candido Rodrigues, Francisco Glicério, Fernando Prestes, Campos Salles, Mário Rodrigues, entre outros, evidenciando essa estreita relação. Em uma das cartas, datada de 31 de maio de 1899, Candido Rodrigues escreveu para o seu genro:

Meu Vicentinho [...]

Vamos a meus negócios que, não obstante todas as minhas economias possíveis não correm favoráveis, e eu faço empenho de que os conheças todos. O meu subsídio de senador do mês de abril foi todo empregado em pagamentos de contas que eu aqui devia e nas despesas de Horácio [filho de Candido Rodrigues]; o deste mês vai ser distribuído do seguinte modo: [...]. Vês que minha situação é grave e preciso dar-lhe um remédio, ainda que seja provisório. [...]

Sei de teus compromissos principalmente este ano e, portanto, também sei que dificilmente me poderás auxiliar mais do que tens feito. [...] tudo

isso faz com que eu viva [ilegível] e sem a tranqüilidade de espírito indispensável para estudar importantes questões de ordem pública e interesse do Estado (CASSASSOLA, 2009, p. 131).

Na carta enviada por Francisco Glicério a Vicente Dias Júnior, em 6 de março de 1906, fica evidente a partilha de interesses entre as esferas de poder.

Respondendo à sua estimada carta datada de 25 do passado, apresso-me em comunicar-lhe que foi pedida a nomeação do Sr. Antonio Jm. [Joaquim] Teixeira para fiscal da construção do Grupo Escolar [*Candido Rodrigues*] conforme o seu pedido. Peço notícia do alistamento eleitoral na última revisão (CASSASSOLA, 2009, p. 129).

As vantagens conseguidas a favor, sobretudo de Vicente e sua parentela, eram parte do compromisso firmado em proveito das trocas de favores. As quais podem ser melhor explicitadas no trecho de uma carta escrita em 1º de outubro de 1913, em que transparece o interesse de Candido Rodrigues pela manutenção do domínio do poder na política rio-pardense.

Meu Vicentinho [...] Recebi hoje as duas cartas juntas que me satisfizeram bastante, porque antevejo nossa vitória no pleito municipal próximo. Como minha presença absolutamente nada adiantará para a escolha dos candidatos a juizes de paz e vereadores, porquanto não conheço o eleitorado; peço-te que promovas juntamente com o Damaso e Pacheco, membros do antigo diretório [...] e outros, uma reunião com o Jovino e outros do diretório hermista para acordarem na chapa que devemos sufragar e que submeteremos à aprovação prévia do eleitorado, que só então convocaremos. [...] Não há tempo a perder, mãos a obra meu filho (CASSASSOLA, 2009, p. 132).

Essa articulação política elegeu Mário Rodrigues, filho de Antonio Candido Rodrigues, como prefeito entre os anos de 1915 e 1919, propiciando a manutenção e o estreitamento dos laços. Como é possível constatar no Relatório do Exercício de 1915 (RODRIGUES, 1915), o prefeito Mário menciona a manutenção do contrato da *Companhia Paulista de Energia Elétrica*, de propriedade única de Vicente Dias Júnior, a qual oferecia serviços de concessão de energia. O Relatório ainda enaltece o trabalho dessa *Companhia* por sua contribuição na transformação do espaço urbano ao instalar várias lâmpadas de forma gratuita, iluminando ruas, praças e jardins, sendo uma delas destinada ao coreto, utilizado, como se sabe, por pessoas do seu grupo social.

Mas a preocupação com a condição sanitária da cidade continuou e esteve na pauta da gestão de Mário, evidenciando ainda mais a ênfase na necessidade de implantação de infraestrutura, a qual foi constatada através das principais ações que realizou. Entre elas, a instalação de um posto sanitário e concessão de isenção de imposto de profissão à classe médica, em troca dos serviços de inspeção. E, principalmente, angariou o apoio de seu pai Candido Rodrigues, que intercedeu junto à Repartição de Águas do Estado de São Paulo

para realizar a reforma e a ampliação da rede de água local (RODRIGUES, 1915), consoante a expansão da malha urbana com o prolongamento e abertura de novas ruas e avenidas, como é possível observar no mapa da *Figura 9*, no qual também estão localizadas algumas das edificações citadas neste artigo.

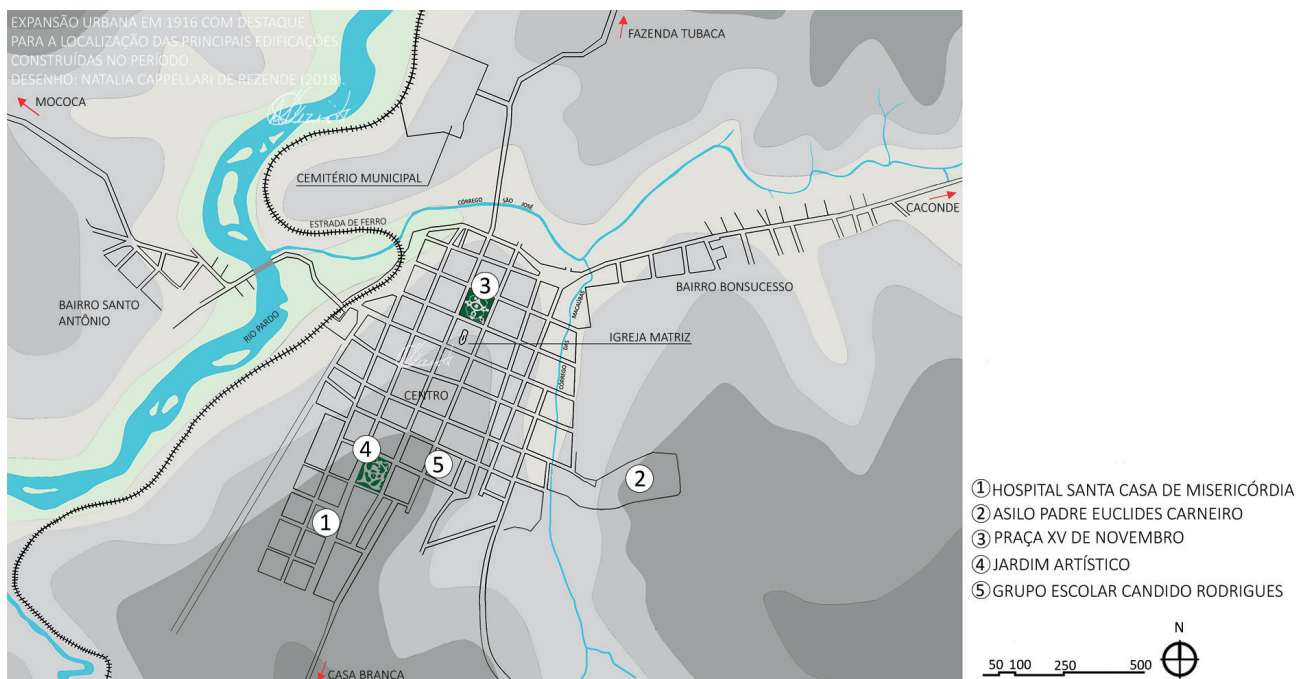


FIGURA 9 - Expansão urbana em 1916 com destaque para a localização das edificações analisadas.

Fonte: Rezende (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temas pertinentes à política republicana foram introduzidos e difundidos em São José do Rio Pardo no início do século XX. A questão central se deteve na preocupação com a situação sanitária, principalmente em virtude da epidemia de febre amarela que acometeu a população entre os anos de 1902 e 1903, fazendo com que a medicina higienista e a engenharia sanitária condicionassem, através de práticas e legislações, a transformação da cidade e também da paisagem. A implantação de infraestrutura esteve no cerne da ação nesse período, com a construção de redes de água e esgoto, edifícios e equipamentos públicos, jardins e praças, redefinição de traçados e larguras de ruas, além do fornecimento de energia e publicação de um novo Código de Posturas. Ações que ocorreram e lograram êxito devido, especialmente, à tenacidade de esforços de um grupo político que monopolizou o poder local e firmou alianças em âmbito estadual e federal, ampliando as possibilidades de sua efetivação. À vista disso, tomar conhecimento dos elementos definidores da transformação cidadina, para além do entendimento da operação guiada por um viés higienista e sanitário, permitiu constatar as imbricadas relações que encobriram projetos políticos e interesses particulares tangíveis.

NOTAS

- 1 Artigo elaborado a partir da dissertação de N. C. de REZENDE, intitulada "A cidade de São José do Rio Pardo e as moradias do Centro Histórico (1865-1940)". Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2019.
Apoio/Support: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo nº 153114/2016-9) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo nº 2019/26031-6).
- 2 A febre amarela abateu Campinas, cidade distante 170 km de São José do Rio Pardo, em 1889, desorganizando a vida urbana e rural pelo alto índice de mortalidade, pelo êxodo da população e pelo decréscimo do fluxo migratório, comprometendo a atividade cafeeira que era a base econômica local. Sobre salubridade urbana, práticas sanitárias e epidemias em Campinas, ver Lapa (1996), Salgado (1998) e Krohg (2012).
- 3 Adotou-se a definição de Santos (2012) para paisagem, como sendo aquela que "nada tem de fixo, imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados, a mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade" (SANTOS, 2012, p. 54).
- 4 Del Guerra (2001) afirma que Blandim era natural de São João Del Rei e chegou a São José do Rio Pardo em 1866, onde trabalhou como arruador e carpinteiro. Blandim ainda relata que o núcleo urbano rio-pardense era "habitado pelos seus companheiros mineiros" (DEL GUERRA, 2010, p.9), que se instalaram nas terras do patrimônio religioso, ao redor de onde seria erigida a primeira ermida, finalizada em 1872 (REZENDE, 2019). Segundo Blandim, as casas se localizavam esparsamente, "no meio do mato" e que "morou numa casinha coberta de sapé, em cujo terreno de esquina, bem mais tarde, foi construído um palacete". Ele complementa a descrição dizendo que frequentavam os arredores da sua casa "grupos de capivaras, catetos, veados" (DEL GUERRA, 2010, p.9), o que torna ainda mais evidente que São José do Rio Pardo foi objeto de transformações significativas no período da Primeira República.
- 5 Sobre o processo de implantação da ferrovia e construção das estações ferroviárias em São José do Rio Pardo após 1887, ver Rezende e Bortolucci (2019).
- 6 São José do Rio Pardo foi atingida pela febre amarela que seguiu, sobretudo, "[...] por onde a frente pioneira [do café] avançava" (RIBEIRO, 1993, p. 82). Segundo Ribeiro (1993), Ribeirão Preto foi uma das últimas cidades do interior paulista a ser atingida por essa epidemia que se abateu principalmente na região baixa da cidade onde havia a pior situação de higiene e a rede de esgoto não chegava. Ainda de acordo com Ribeiro (1993), o número de mortes nessa cidade somou a metade de todo o estado de São Paulo em 1903, não se agravando mais porque foram adotadas medidas de combate ao mosquito e uma comissão sanitária permanente foi estabelecida.
- 7 Para saber mais sobre a produção cafeeira em São José do Rio Pardo, ver o trabalho de Missura (2003), Cassassola (2009) e Rezende (2019).
- 8 Theodoro Sampaio, engenheiro civil formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, teve uma atuação profissional expressiva na concepção, implantação e construção de projetos de infraestrutura e planejamento regional e urbano nos estados de São Paulo e da Bahia. Para saber mais sobre esse engenheiro e sua atuação, ver Santos (2010).
- 9 Horácio de Almeida Rodrigues, filho do republicano Antonio Candido Rodrigues e Zulmira de Almeida Nogueira Pedrosa Rodrigues (DEL GUERRA, 2001), se formou em engenharia agrônoma pela Escola Politécnica em 1904. Já Tarquínio Cobra Olyntho, filho do desembargador, ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal, Adolpho Augusto Olyntho, se mudou para São José do Rio Pardo após cursar farmácia no Rio de Janeiro e se casar com Josephina Prado (DEL GUERRA, 2001). Homem de vida pública como o pai, Tarquínio atuou nessa cidade como vereador, secretário da Câmara, juiz de Paz e chefiava o Partido Republicano (PRP), juntamente com Mário Rodrigues, filho de Candido Rodrigues.
- 10 O temor dos gases pútridos liberados pelos cadáveres e pela matéria em decomposição resultou na desativação do primeiro cemitério, bento em 1868, localizado ao sul do núcleo urbano. A construção de um novo cemitério municipal, ocorreu em 1896, na região norte da cidade, em terreno mais elevado e seguro de inundações (SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, 1896).

REFERENCIAS

- A EPIDEMIA. *O Rio Pardo*, ano V, n. 380, p.1, 9 ago. 1903.
- ANDRADE, C. R. M. *A peste e o plano: o urbanismo sanitaria do engenheiro Saturnino de Brito*. 1992. 282 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- BASSANEZI, M. S. C. B. (org.). *São Paulo do passado: dados demográficos, 1886, IV*. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Unicamp, 1999.
- BEGUIN, F. As máquinas inglesas do conforto. *Espaço e Debates*, ano XI, n. 34, p. 39-54, 1991.
- CASSASSOLA, L. A. *Família, Capitalismo e Modernização: um estudo de caso da família Dias de São José do Rio Pardo, SP (1870-1930)*. 2009. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2009.
- CHADWICK, E. *Report to her Majesty's principal secretary of state for home department from the poor law commissioners on inquiry into the sanitary conditions of the labouring population of G. B.* London: Her Majesty's Stationery Office, 1842.
- CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CÓDIGO DE POSTURAS DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO, 1903. São Paulo: Ty. Laemmert & Comp., 1903.
- COMISSÃO SANITÁRIA. *O Rio Pardo*, ano 5, n. 292, p. 3, 21 mar. 1903.
- DEL GUERRA, R. J. *No Ventre da Terra Mãe*. São José do Rio Pardo: Graf-Center, 2001.
- DEL GUERRA, R. J. *Unindo meus dois livretos São José do Rio Pardo: história que muitos fizeram, Conhecendo Euclides da Cunha*. S. J. do Rio Pardo, SP: Graf-Center, 2010.
- FESTA. *O Rio Pardo*, ano VII, n. 410, p. 2, 20 ago. 1905.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- GHIRARDELLO, N. *A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850/1900)*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- GRUPO ESCOLAR. *O Rio Pardo*, ano VI, n. 362, p.1, 18 set. 1904.
- GRUPO ESCOLAR. *O Rio Pardo*, ano VII, n. 387, p.1, 12 mar. 1905.
- HYGIENE PUBLICA. *O Rio Pardo*, ano IX, n. 551, p.1, 17 mar. 1907.
- INSTRUIR PARA EDUCAR. *O Rio Pardo*, ano VII, n. 496, p.1, 4 fev. 1906.
- KROHG, D. S. S. *A reconfiguração urbana de Campinas no contexto das epidemias de febre amarela no final do século XIX (1880-1900)*. 2012. 282 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2012.
- LAPA, J. R. A. *A cidade: os cantos e os antros: Campinas, 1850-1900*. São Paulo: Editora da USP, 1996.
- LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LEMOS, C. A. C. *A república ensina a morar (melhor)*. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1999.
- LUZ, M. T. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- MARTINS, A. L. A invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos: história e memória da cidade paulista. In: BRESCIANI, S. (org.). *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero/Fapesp, 1994. p.177-190.


- MENECHINO, L. A. P. *Restauração da antiga Casa de Câmara e Cadeia de São José do Rio Pardo*. 158 f. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 1986.
- MISSURA, F. A. *Costa Machado: ação política e empresarial na sociedade do café em Rio Pardo (1887-1917)*. 2003. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2003.
- NOTAS E NOTÍCIAS. *O Progresso*, ano II, n. 95, p. 2, 22 ago. 1916.
- O VELHO CEMITÉRIO. *O Rio Pardo*, ano XIV, n. 840, p. 2, 1 fev. 1913.
- PROGRESSO. *O Rio Pardo*, ano IX, n. 572, p.1, 11 ago. 1907.
- RAGO, M. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- REGRESSO. *O Rio Pardo*, ano VII, n. 390, p. 2, 2 abr. 1905.
- REZENDE, N. C. *A cidade de São José do Rio Pardo e as moradias do Centro Histórico (1865-1940)*. 2019. 399 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.
- REZENDE, N. C.; BORTOLUCCI, M. A. P. C. S. As Estações Ferroviárias e a Produção da Paisagem Urbana de São José do Rio Pardo. In: MASCARO, L. P.; CASTOR, R. S. (org.). *Patrimônio como paisagem*. Cuiabá: EdUFMT, 2019. v. 2, p. 553-581.
- REZENDE, N. C.; BORTOLUCCI, M. A. P. C. S. Anonimato historiográfico: a trajetória de Paschoal Artese na construção da modernidade urbano-arquitetônica rio-pardense. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 28, p. 1-35, 2020.
- RIBEIRO, M. A. R. *História sem Fim... Inventário da saúde pública*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- RODRIGUES, M. *Relatório do exercício de 1915*. Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, 1915.
- ROSA, T. P. *Projectos de abastecimento d'água e rede de exgottos da cidade de S. José do Rio Pardo*. São José do Rio Pardo: [s.n.], 1900.
- SALGADO, I. Urbanismo sanitaria em Campinas no final do século XIX. In: PADILHA, N. (org.). *Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas*. Salvador: FAUFBA, 1998. p. 218-241.
- SALGADO, I. A modernização da cidade setecentista: o contributo das culturas urbanísticas francesa e inglesa. In: TEIXEIRA, M. C. (org.). *A Construção da cidade brasileira*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. v. 1, p. 333-351.
- SANTOS, A. P. *Theodoro Sampaio: nos sertões e nas cidades*. Rio de Janeiro, Versal, Odebrecht, 2010.
- SANTOS, M. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SÃO JOSÉ DO RIO PARDO. *Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal*. São José do Rio Preto: Câmara Municipal, 1896.
- SÃO PAULO (Estado). *Código sanitário do estado de São Paulo. Decreto nº233, de 2 de março de 1894*. São Paulo: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, 1894. Disponível em: <https://bit.ly/2zp7ajW>. Acesso em: 28 maio 2016.
- SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e das ilusões do progresso. In: SEVCENKO, N. (Org.). NOVAIS, Fernando Antonio (coord.). *História da vida privada no Brasil: república: da belle époque à era do rádio*. São Paulo, SP, Companhia das Letras, 1998. p.7-48.
- SYNOPSIS DO RECENTEAMENTO DE 1890. Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898.

TREVISAN, A. F. *Almanaque de São José do Rio Pardo de 1887*. Jornal Gazeta do Rio Pardo, São José do Rio Pardo, 25 dez. 1987.


UMA IDEIA. *O Rio Pardo*, ano VI, n. 348, p. 1, 12 jun., 1904.

WOLFF, S. F. S. *Escolas para a república: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas*. São Paulo: Edusp, 2010.

NATALIA CAPPELLARI DE REZENDE

 <https://orcid.org/0000-0003-4976-8718> | Universidade de São Paulo | Instituto de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo. São Carlos, SP, Brasil.

MARIA ANGELA PEREIRA DE CASTRO E SILVA BORTOLUCCI

 <https://orcid.org/0000-0002-8237-1862> | Universidade de São Paulo | Instituto de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo | Avenida Trabalhador São Carlense, 400, Parque Arnold Schmidt, 13566-590, São Carlos, SP, Brasil | Correspondência para/Correspondence to: M. A. P. C. S. Bortolucci | E-mail: mariacs@sc.usp.br

COLABORADORES

N. C. REZENDE colaborou na coleta, análise e interpretação de dados, desenho, concepção e redação, revisão crítica do conteúdo intelectual e aprovação da versão final do artigo. M. A. P. C. S. BORTOLUCCI colaborou no suporte teórico e metodológico, na revisão crítica do conteúdo intelectual e na aprovação da versão final do artigo.

COMO CITAR ESTE ARTIGO/HOW TO CITE THIS ARTICLE

REZENDE, N. C.; BORTOLUCCI, M. A. P. C. S. A ingerência de práticas higienistas, da legislação e do poder local na transformação da paisagem urbana na primeira república: o caso de São José do Rio Pardo, São Paulo. *Oculum Ensaios*, v. 19, e224989, 2022. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v19e2022a4989>

RECEBIDO EM
1/6/2020

REAPRESENTADO EM
4/3/2021

APROVADO EM
18/10/2021